

SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO: UMA LEITURA NOS *GRUNDRISSE* DE MARX

Marcos Dantas

Luana Bonone

Monique Figueira

Rodrigo Guedes

& Tiago de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Marx antecipava nos *Grundrisse* que a ciência e tecnologia se tornariam forças produtivas diretas no capitalismo. Esse processo levaria à predominância do trabalho intelectual sobre o manual, substituído pelas máquinas. O capital, então, haveria de ser superado por alguma formação apoiada no intelecto geral da sociedade. Por isso há o debate se a lei do valor, baseada no tempo de trabalho, teria sido superada ou se seria necessário redefinir a categoria trabalho. Esta comunicação pretende apontar lacunas nesse debate, articulando a concepção dialética da história em Marx com os conceitos científicos da Teoria da Informação. Ao relacionar trabalho à informação como neguentropia, entendemos o capital como um sistema biossocial sempre em expansão e dependente do conhecimento detido pelo trabalhador. Assim concluímos que o capital evoluiu a ponto de se apropriar do intelecto geral. Como reduziu ao mínimo o tempo de trabalho fabril imediato, subalterno ao trabalho científico, para seguir acumulando o capital precisou desenvolver um sistema rentista apoiado na propriedade intelectual e na financeirização. A lei do valor segue comandando as relações de trabalho, agora sob novas formas de apropriação de trabalho gratuito, precarização e

fragmentação espaço-temporal, com superexploração do trabalho de baixo valor informacional nas periferias do sistema.

Introdução

O presente texto é fruto do estudo realizado pelo Grupo Marxiano de Pesquisa em Informação, Comunicação e Cultura (CoMarx), que se dedicou, por quase dois anos, à leitura em sua totalidade dos Grundrisse de Karl Marx. O motivo desta investigação foi a percepção de que a ciência e tecnologia, no capitalismo avançado, se tornaram forças produtivas diretas sendo necessário trazer um contraponto a leituras recentes que têm chamado atenção para a expressão “general intellect” e para a possibilidade de a lei do valor já ter sido superada pela própria evolução do capitalismo. O trabalho humano perderia assim a sua centralidade na produção do valor. O capitalismo estaria agora se apoiando na apropriação de relações sociais subjetivas, culturais, intangíveis que muitos autores pretendem resultar de um tipo de trabalho desprovido de materialidade, por isso “imaterial”.

É necessário destacar que o conceito de intelecto geral (general intellect) se restringe aos desenvolvimentos feito por Marx nos Grundrisse e há uma polêmica sobre a utilização do mesmo. Nós pensamos que, quando se lê os Grundrisse em sua totalidade (não apenas fragmentos), pode-se concluir que, sim, Marx descreveu um sistema social até o seu limite de evolução, mas não que essa evolução poderia se dar num quadro de capitalismo novo ou de novo tipo. Quer dizer, a lógica de Marx não permitiria uma evolução do capitalismo até o seu atual estágio, mas também não permite entender essa etapa como um modelo compatível com sua lógica. Ou seja, é verdade que ele pensava que quando o capital chegasse a esta etapa, do general intellect, já não poderia mais ser capital, teria que ser outra coisa. Ocorre que esta mesma lógica

nos permite entender o capitalismo de hoje como capitalismo, desde que se considere que é uma nova etapa. Para Marx, a evolução do capitalismo levaria a uma etapa em que a ciência e tecnologia viriam a ser forças produtivas plenas, mas Marx também afirma que ciência e tecnologia são produto e produção de trabalho, não nascem do nada, em suas palavras:

A natureza não constrói máquinas, não constrói locomotivas, não constrói telégrafo elétrico, não constrói máquinas filatórias, são produtos da indústria humana. São material natural transformados pelos órgãos da vontade humana sobre a natureza e de sua atividade na natureza. São órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da *práxis* social; do processo real da vida. (Marx, 2012, p. 589).

Os produtos da ciência e tecnologia são forças do saber objetivadas. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral (conhecimento) vem a ser uma força produtiva imediata. Em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade tornaram-se barro para o intelecto geral e foram reorganizadas em função dele: como tal, seguiria sendo sua fonte de valor e acumulação. Então é o trabalho humano que constrói tudo isso. Mas o trabalho humano, neste desenvolvimento sob o capitalismo, nos leva a um novo ponto, que Marx não poderia

prever: o próprio intelecto geral apropriado pelo capital. E é o que ocorre hoje, de acordo com nossas conclusões. Então há que se fazer um exercício teórico e político para compreender essa etapa do capitalismo, que não é bem uma sociedade da informação, mas um capitalismo mais desenvolvido. Os Grundrisse nos permitem entender isso.

Portanto, partindo do Marx dos Grundrisse, pretendemos adiante mostrar como ele dialoga com as modernas teorias da informação e comunicação e como essas teorias podem nos ajudar a compreender o capitalismo informacional da nossa época.

A centralidade do trabalho

Afinal, o que Marx disse sobre o trabalho? Qual é o seu conceito de trabalho? Não há muita dúvida sobre isso: o trabalho é uma atividade humana que se diferencia de outras atividades animais por ser comandado pela mente, pelo pensamento. Os seres humanos efetuam alterações em seu ambiente que já haviam projetado em seu cérebro. Isso está escrito n' *O Capital*. Pois bem, este conceito é semiótico: a mente gera, nela, imagens que, em relação prática com o mundo, através do o corpo, produzem neste mundo significações conforme são determinadas pelo contexto dessa relação social. O trabalho humano é, antes de mais nada, uma atividade, movimento. E Marx faz uma distinção clara entre trabalho vivo – trabalho humano – e trabalho morto – trabalho de máquinas. Como ele disse n' *O Capital*:

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, sucumbe a força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. O fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algo-

dão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentro os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém, de um modo orientado a um fim. Como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos! Aptos a incorporar-se ao consumo individual como meio de subsistência ou um novo processo de trabalho como meios de produção. (Marx, 2017, p.260-261)

Nesta sentença Marx nos sugere uma relação clara entre informação e entropia. Os materiais sucumbem às determinações das leis da termodinâmica: tendem a crescente entropia. No entanto, conforme já demonstrado por Brillouin (1988), Atlan (1992), Prigogine (1992), entre outros, a matéria organizada pode, sob certas condições, produzir transformações não entrópicas ou anti-entrópicas. Assim, as máquinas na natureza estão sob ação da entropia, em contrapartida o trabalho vivo, o trabalho humano, executa um trabalho neguentrópico, um trabalho de não permitir que as coisas sejam alteradas pela entropia, mas que as coisas sejam transformadas e valorizadas para as necessidades de sobrevivência e as necessidades da nossa sociedade.

Informação é definida como essa atividade que dissipa energia com a finalidade de recuperar energia, com finalidade neguentrópica (Dantas, 2017). A vida é, essencialmente, matéria organizada capaz de realizar esse trabalho informacional. E Marx –que certamente conhecia os estudos de Carnot, Clausius e Maxwell sobre termodinâmica– define claramente o trabalho humano como essa atividade de “dar forma” à matéria “morta”, informar a matéria com um propósito, o propósito de sustentar, reproduzir e aperfeiçoar as suas condições

de existência. Mas não teria como conhecer todo o desenvolvimento desta ciência que se deu mais tarde, no século XX. E exatamente essa definição que Marx nos apresenta de trabalho deixa claro seu caráter neguentrópico *avant la lettre*.

Marx comenta:

Que o trabalho é sempre nova fonte da troca para o trabalhador enquanto ele está capacitado para o trabalho mais precisamente, não da troca pura e simples, mas da troca com o capital - está implícito na própria determinação conceitual de que o trabalhador só vende a disposição temporária sobre sua capacidade de trabalho, que ele sempre pode, portanto, reiniciar a troca tão logo tenha ingerido a quantidade suficiente de matéria para poder reproduzir de novo sua expressão vital (Marx, 2011, p.228)

O trabalho é sempre uma fonte de troca para o trabalhador enquanto ele está capacitado para o trabalho mais precisamente –não de troca pura e simples, mas de troca com o capital. Logo, recuperada a sua neguentropia, o trabalhador pode seguir fornecendo informação ao capital, valorizando o capital. Se não tivesse nessa relação com o capital, estaria fazendo o quê: estaria ocupando sua mente em outras relações sociais, na vida familiar, nas tabernas com amigos e amigas, lendo ou escrevendo um livro, pintando um quadro, admirando a natureza... Para ingerir uma quantidade suficiente de matéria que lhe reproduza a expressão vital, o ser humano não precisa trabalhar, nesse sentido energético, o dia inteiro. Poucas horas de trabalho lhe fornecem isso. O capital introduziu relações sociais, ao longo de um processo histórico que durou cerca de três séculos, que praticamente naturalizou, em todos nós, a ideia de trabalhar a maior parte do dia, algo que não acontecia até o final do século XVIII e

ainda hoje não acontece em muitas sociedades humanas. O trabalhador vende sua disposição de tempo e sua capacidade de trabalho, mas pode reiniciar esta troca assim que tenha ingerido uma quantidade suficiente de matéria para poder reproduzir novamente sua expansão. Ou seja, quando troca seu trabalho com o capital há uma fadiga que o leva a repor a energia gasta com matéria (comida) e horas de sono, para depois reiniciar o processo.

Marx, sobretudo nos Grundrisse, muito discute e aprofunda a seguinte questão: quanto mais o capital desenvolve o trabalho excedente, mais tem que desenvolver um consumo excedente, mais tem que criar consumo, produzir consumidores.

Por outro lado, a produção de valor excedente relativo, i.e., a produção de valor excedente fundada no aumento e no desenvolvimento de forças produtivas, requer a produção de novo consumo; requer que o círculo de consumo no interior da circulação se amplie tanto quanto antes se ampliou o círculo produtivo. Primeiro, ampliação quantitativa do consumo existente; segundo, criação de novas necessidades pela propagação das existentes em um círculo mais amplo; terceiro, produção de novas necessidades e descoberta e criação de novos valores de uso. (Marx, 2011, pp. 332-333).

Daí:

Isso não é só divisão do trabalho, essa criação de novos ramos de produção, isto é, de tempo excedente qualitativamente novo; mas a venda de determinada produção dela mesma como trabalho de novo valor de uso; o desenvolvimento de um sistema abrangente em constante

expansão de modos de trabalho, modos de produção, aos quais corresponde um sistema de necessidades constantemente ampliado e mais rico (Marx, 2011, p. 333).

Isso faz com que o capital desenvolva nas forças produtivas da sociedade, a capacidade e a necessidade de criar novas necessidades de consumo. E tudo isso é capitalismo, não é algo fora do capitalismo. É o capitalismo criando novas necessidades para sua própria necessidade de desenvolvimento. Por isso também desenvolve as forças produtivas do trabalho e a própria qualidade do trabalho, vai criando trabalho qualitativamente novo e vai incorporando, na sociedade, cada vez mais as suas necessidades de trabalho e de produção de valor.

Essa produção de novas necessidades e de tempo excedente qualitativamente novo veio acontecendo ao longo de todo o século XX. Devemos lembrar que no tempo de Marx não existia luz elétrica, nem todo o sistema de consumo e produção domésticos desenvolvidos a partir da disseminação da eletricidade. Tampouco havia radiodifusão, automóveis etc. Toda uma indústria se desenvolveu a partir daí, ramos de produção e perfis de trabalho totalmente novos. É só no século XX que, nas indústrias e nas empresas em geral, vão se expandir empregos de nível técnico superior: engenharia, economia etc. Muda também a qualidade do trabalho no chão de fábrica que perde suas características empíricas ou semi-artesanais ainda comum até fins do século XIX.

A expansão da contradição do capital

Nesse processo, devido à lógica que impulsiona o capital a buscar sempre ampliar o mais-valor, o trabalho vivo produtivo é, ao mesmo tempo, tanto eliminado quanto expandido: reduz-se num segmento produtivo, expande-se em novos seg-

mentos produtivos. Essa é a grande contradição. Marx:

É tendência do capital criar tanto trabalho quanto possível, assim como também é sua tendência reduzir o trabalho necessário ao mínimo. [...] tanto aumentar a população que trabalha como pôr continuamente uma parte dela como população excedente - população que é inútil, até que o capital possa valorizá-la [...]. É tendência do capital tanto tornar o trabalho humano (relativamente) supérfluo como pressionar simultaneamente o trabalho humano de maneira desmedida (Marx, 2011, p. 323).

Daí:

[...] pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que fazia o selvagem ou o que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares” (Marx, 2011, p. 591).

Quando sabemos que o telefone celular fez de todos nós produtores de valor para o capital na forma dos dados que fornecemos para Mark Zuckerberg, Jeff Bezos, Sergey Brin etc., ou reduziu milhões de homens e mulheres a trabalhadores precários nessas novas formas, “uberizadas”, de relações de trabalho, vemos que essa evolução não seria estranha a Marx. Estranho talvez, para ele, é que a essa altura a humanidade já não tivesse encontrado um meio de se livrar do capitalismo.

Talvez a chave para explicar, de um ponto de vista marxiano, essa contradição esteja na seguinte passagem:

Os trabalhos efetivamente livres, p. ex., compor, são justamente trabalhos ao mesmo tempo da maior seriedade e do mais intenso esforço. O trabalho da produção material só pode adquirir tal caráter 1) se seu caráter social é posto, 2) se é simultaneamente trabalho de caráter científico e geral, e não esforço do ser humano como força natural adestrada de maneira determinada, mas como sujeito que aparece no processo de produção não só em forma simplesmente natural, emergindo diretamente da natureza [*naturwüchsig*], mas como atividade que regula todas as forças da natureza (Marx, 2011, p. 509).

Ou seja, uma sociedade pós-capitalista, uma sociedade na qual o conjunto dos seres humanos poderia realizar trabalhos efetivamente livres, seria aquela que permitisse ao conjunto dos seres humanos se dedicar a atividades de natureza artística ou científica. Uma sociedade assim é impossível? Talvez não quando percebemos a imensa quantidade de jovens que busca sobreviver, hoje em dia, em atividades artísticas ou desportivas. Por outro lado, como nem todo mundo dispõe do necessário talento mas, sobretudo, porque o capitalismo também precisa condicionar essas atividades às suas necessidades de acumulação, sem falar também, nos limites de poder ou controle político e cultura que precisa impor à liberdade artística ou cultural, o capital não pode expandir, em todo o seu potencial, essa capacidade humana de gerar aquilo que Marx denominava “efetiva riqueza”. A riqueza, para Marx, não seria o mero acúmulo de bens materiais ou de dinheiro mas, sobretudo, esse desenvolvimento da livre capacidade criativa da mente social humana. Para esse desenvolvimento seria necessário tempo livre, ou “disponible time”, como escreve, nos Grundrisse, um tempo de não-trabalho no sentido do atendimento das necessidades vitais do corpo, mas de plena produção criativa no atendimento às demandas sociais da mente humana:

O tempo livre, que é tanto tempo de ócio quanto tempo para atividades mais elevadas, naturalmente transformou o seu possuidor em outro sujeito, e é inclusive como este outro sujeito que ele então ingressa no processo de produção imediato. Esse processo é disciplina, no que se refere ao ser humano em formação, e ao mesmo tempo experiência prática, ciência experimental e ciência materialmente criativa e que se objetiva, no que se refere ao ser humano já formado, em cujo cérebro existe o saber acumulado da sociedade (Marx, 2011, p. 594).

Sugerimos que essa enorme economia do espetáculo, da cultura, do consumo e do lazer que hoje comanda efetivamente o capitalismo, ocupa milhões de homens e mulheres justo nesse “tempo livre”, nesse tempo de “ócio”, porém não naquelas condições livres, não alienadas, com as quais Marx talvez sonhasse. Justo ao contrário, o trabalho “artístico” ou o “científico” também caíram sob o comando do capital, também foram postos a serviço da sua acumulação e expansão. Tratar-se-ia de um “outro sujeito” que não se identifica como “trabalhador” mas, de fato, ainda é um trabalhador vendendo sua força de trabalho para o capital. Em troca de remunerar suas necessidades de recomposição das demandas do corpo, que, nas condições contemporâneas, incluem uma ampla gama de satisfações subjetivas de consumo, o capital deles extrai trabalho concreto, valor de uso, na forma de suas amplas potencialidades criativas enquanto cientistas, artistas, desportistas etc.

O capital e o equilíbrio

Marx, ao analisar o sistema capitalista no século XIX, o descreve como um sistema que pode ser entendido como

cada vez mais longe do equilíbrio. Tal desenvolvimento é digno de nota, pois a ciência de sua época era uma ciência do equilíbrio, mesmo a física termodinâmica, a física de Maxwell, era uma física do equilíbrio. E Marx a mostra quando descreve a circulação simples como uma circulação de equilíbrio e depois avança para a circulação ampliada como uma circulação tipicamente capitalista: aqui ele está descrevendo um sistema que tendia cada vez mais para longe do equilíbrio. Esta percepção sobre o sistema leva a uma possível conclusão lógica que, a longo prazo, era um sistema que não teria viabilidade, porque a longo prazo iria produzir um crescente desequilíbrio no consumo dos recursos naturais e na própria vida em sociedade. A Teoria do Valor é uma teoria do não-equilíbrio que explica porque o capital pôs a humanidade para produzir além do essencial para a sua reprodução. Para Marx, porém, tratava-se de uma ruptura histórica necessária para levar a Humanidade a um novo patamar civilizatório no qual aquela parte da sociedade que era posta para trabalhar enquanto outra podia viver no “ócio”, também seria liberada do trabalho pelo avanço dos sistemas automáticos de maquinaria. Marx acreditava que nesta nova fase, dominada por um “general intellect” libertado do poder capitalista, a Humanidade se organizaria conforme uma presumível sociedade comunista.

Não foi o que aconteceu. Ao menos, até agora. Porém, sua teoria do valor, associada a elementos da teoria da informação e da termodinâmica nos oferecem instrumentos para o estudo e compreensão da lógica atual da sociedade que segue longe do equilíbrio.

Apropriação do General Intellect

O que esses trabalhadores não-trabalhadores produzem?
Produzem signos: imagens, marcas, espetáculos, pois

para Marx (2011, p. 91) “a mercadoria é simples signo, uma letra para uma relação de produção, um simples signo para seu próprio valor”. Essas imagens e marcas são o cerne da “Sociedade do espetáculo”, termo cunhado por Guy Debord.

Seguindo esta trilha afirmamos que a teoria marxiana do valor é essencialmente semiótica: a mercadoria é um signo cujo símbolo mais evidente é o dinheiro. Em termos peirceanos, o valor de uso é o fundamento ou objeto do signo mercantil. O valor de troca seria o representante, ou signo dele mesmo. E o valor, cuja substância é o trabalho humano, seria o próprio interpretante dessa relação mercantil, o sujeito social que sintetiza essa relação na produção para troca e consumo destinados a valorizar capital. O fetichismo da mercadoria é essa relação semiótica que transfere para as “coisas” o poder de intermediar as relações sociais humanas, de constituir o canal de comunicação dos seres humanos na sociedade capitalista. Assim, a tendência não apenas econômica, mas também inerentemente cultural seria, cada vez mais, fazer do signo ele mesmo, não importa seu substrato material, o próprio objeto da transação mercantil. Observe-se nada há de “imaterial” aí: o signo é necessariamente material, algum substrato energético-material que a sociedade, culturalmente, transformou em ferramenta de comunicação. Que a produção e consumo da mercadoria tenha evoluído para se tornar produção e consumo da marca da mercadoria estaria assim plenamente conforme a lógica evolutiva do capital, ao seu processo de permanentemente criar novas necessidades, logo também novos perfis de trabalho para a produção e consumo dessas novas necessidades.

A questão que vai se colocar aqui é a da apropriação.

A mercadoria, nos termos de Marx, é trabalho objetivado, trabalho congelado, trabalho morto. É um objeto cujo valor de uso deve ser alienado, deve trocar de proprietário a fim de realizar o seu valor. No entanto, com a informação estamos falando de uma economia cujo objeto da negociação

mercantil não é alienável: você consome uma música, um filme ou um jogo de futebol mas não se torna proprietário exclusivo desses valores: são “bens não rivais” na linguagem da economia neo-clássica ou, numa linguagem, também liberal, porém mais atual, são bens “comuns”. Há uma contradição intrínseca entre a natureza social do trabalho que produz esses valores de uso e sua apropriação privada pelo capital. Aqui, de fato, a teoria de Marx não nos fornece uma resposta direta: o “general intellect” haveria de desenvolver um novo tipo de organização social pós-capitalista. Mas o capitalismo deu uma resposta para esse problema, resposta pouco estudada pelos marxistas: os direitos de propriedade intelectual. A produção do trabalho científico, do trabalho artístico é apropriada pelo capital na forma de patentes, copyright, direitos de imagem etc. Desse modo, sobre esse fundamento, evoluiu todo um sistema de apropriação rentista do trabalho humano que, hoje, está na base do desenvolvimento do capitalismo informacional contemporâneo em estreita articulação com o capital financeiro.

Em outras palavras, o capital evoluiu de modo a tornar o “general intellect”, forma avançada do trabalho social geral da humanidade (ou parte dela), sua principal fonte de valorização. O capital se apropriou do “general intellect”. E nada demonstra isso de modo mais contundente do que a valorização que o capital financeiro extrai das plataformas sociodigitais da internet, a partir do trabalho não pago de bilhões de pessoas que fornecem seus dados para “monetização”. Essas pessoas colocam nessas plataformas os seus desejos, afetos, necessidades, opiniões, crenças, ou seja, a produção de suas mentes sociais ou intelectos sociais, produção esta que os algoritmos das plataformas reduzem a dados monetizáveis, dos quais podem obter lucros extraordinários (Scholz, 2013; Dantas, 2019).

Considerações finais

Trouxemos vários trechos dos Grundrisse tentando demonstrar que o capital chega num ponto em que se baseia no trabalho científico, no trabalho artístico, no trabalho realizado em espetáculos, nos esportes e o trabalho nas redes. Nem sempre se pensa essas atividades como trabalho no sentido do inglês *labour*, no entanto tornaram-se, no capitalismo avançado, também atividades que produzem valor, ou *labour* conforme ressignificado por Marx. Porque produzem valor para o capital, esse trabalho de natureza basicamente semiótica passou a ser também trabalho produtivo, no exato conceito marxiano de “produtivo” –produtivo para o capital.

A ideia de que, a rigor, o capital se apropria do conhecimento contido e expresso no trabalho vivo, trabalho concreto, estava presente não somente nos Grundrisse, mas também, antes dele, já vinha sendo elaborada por Marx desde, pelo menos, os Manuscritos Econômico-Filosóficos. O capitalismo sempre foi cognitivo, isto é, sempre empregou o trabalho para se apropriar do conhecimento contido e manifestado pelo trabalho. A questão é que hoje em dia, o capital reorganizou o processo produtivo para se apropriar ou produzir mais valor no trabalho determinantemente criativo (científico, artístico etc.), e todo o trabalho que chamamos redundante (repetitivo), tende a ser reduzido às operações dos sistemas automáticos de maquinaria que, nas últimas décadas, vieram, cada vez mais, incorporando também algoritmos de processamento e comunicação de dados extraídos do trabalho, pago ou não pago, de toda a sociedade. Uma nova “revolução”, denominada “4.0”, ameaça liquidar as últimas frentes de trabalho redundante como as ainda ocupadas na indústria têxtil. Cresce uma população excedente “global”, sem valor de uso para a acumulação. O capital não sabe o que fazer com ela. Talvez isso explique o que já vem sendo chamado “necropolítica”, o extermínio da população “sobrante”...

É uma evolução que pode ser deduzida dos Grundrisse, embora escritos no século XIX. Para compreender este capitalismo em que vivemos, não cabem exercícios teóricos ou discursivos para contornar a lei do valor, pelo contrário: é necessário desenvolver a análise do capitalismo até o seu limite, como Marx nos ensinou nos Grundrisse. Nós estamos vivendo este limite, mas sob o capital que segue pondo trabalho material, pois o trabalho de produzir “gostos”, “desejos”, “afetos”, conforme expresso nas marcas de consumo, é ainda um trabalho de corpo e de produção de signos materiais. Se o resultado desse trabalho não pode ser apropriado pela troca mercantil, é apropriado, como renda, pelos direitos de propriedade intelectual. A propriedade intelectual hoje é o centro do processo de apropriação, e por isso é um capitalismo rentista associado ao capital financeiro.

Referências bibliográficas

- Atlan, H. (1992 [1979]). *Entre o cristal e a fumaça*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brillouin, L. (1988 [1959] [1956]). *La science et la Théorie de l'Information*. Paris: Éditions Jacques Gabay.
- Dantas, Marcos (2017). Information as Work and as Value, *tripleC*, v. 17, n. 1, pp. 132-158.
- Dantas, Marcos (2019). The Financial Logic of Internet Platforms: The Turnover Time of Money at the Limit of Zero, *tripleC*, v. 17, n. 1 pp. 132-158.
- Marx, K. (2008). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da econômica política*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2017). *O capital: crítica da econômica política: livro*

- I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Prigogine, Ilya & Stengers, Isabelle. (1992). *Entre o tempo e a eternidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Scholz, Trebor (Ed.) (2013). *Digital Labor: the Internet as Playground and Factory*. New York, USA: Routledge, 2013.